

Emenda parlamentar sem instrumento jurídico	
Documento	Fundamento Legal
<p>1 <u>Obtidos com a instância deliberativa da unidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ Parecer do mérito acadêmico do projeto. ☛ Aprovação do mérito acadêmico do projeto. <p>☛ <u>Opção 1:</u> ata de aprovação, assinada pelo titular da unidade.</p> <p>☛ <u>Opção 2:</u> despacho informando a aprovação, assinado pelo titular da unidade.</p> <p>☛ <u>Opção 3:</u> despacho informando a aprovação por meio de <i>ad referendum</i>, assinado pelo titular da unidade.</p> <p>☛ <u>Opção 4:</u> aprovação direta do titular da unidade, no caso de não haver uma instância deliberativa na unidade.</p> <p><u>Projetos de interesse da administração superior:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ O parecer e a aprovação são dispensados. 	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Arts. 4º e 34 da Resolução da CAPRO nº 001/2024. ☛ Art. 2º da Resolução do CAD nº 0001/2009. ☛ Circular Conjunta DPI/DAF/DPO nº 0001/2025.
<p>2 <u>Requisitos de acordo com o tipo do projeto:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ <u>Ensino de graduação:</u> aprovação da DEG/CEG no SEI. ☛ <u>Ensino de pós-graduação lato sensu:</u> aprovação da DPG/DIRPG/CCLS no SEI. ☛ <u>Ensino de pós-graduação stricto sensu:</u> aprovação da DPG/DIRPG/CCSS no SEI. ☛ <u>Pesquisa:</u> aprovação da DPI/DIRPE no SIGAA e no SEI. ☛ <u>Extensão:</u> aprovação da DEX/DTE no SIGAA. ☛ <u>Desenvolvimento institucional:</u> não há. ☛ <u>Desenvolvimento científico e tecnológico:</u> não há. ☛ <u>Estímulo à inovação:</u> aprovação do DPI/CDT/CITT/NCST no SEI. ☛ <u>Mais de um tipo:</u> considere o tipo mais predominante do projeto, para depois obter a aprovação da respectiva unidade apreciadora. <p><u>Requisitos adicionais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ Apreciação da DPI/DIRPE, caso o projeto preveja bolsas de pesquisa. ☛ Na etapa final do cadastro do projeto no Módulo de Pesquisa do SIGAA, será necessário incluir um PDF cujo conteúdo atenda às disposições do Ato do DPI nº 032/2025 ou às do ato que venha a substituir este. ☛ Apreciação do DPI/CDT/CITT/NCST, caso o projeto preveja questões de propriedade intelectual. ☛ Apreciação da DPO/DOR/CAOR ou da DPO/DOR e autorização do DPO, caso o recurso orçamentário ingresse na UnB. 	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Arts. 4º, § 6º, caput, I a V, §§ 1º a 3º, 5º e 34 da Resolução da CAPRO nº 001/2024. ☛ Art 4º da Resolução da CEX nº 01/2020. ☛ Art. 8º da Resolução do CAD nº 0005/1998. ☛ Circular Conjunta DPI/DAF/DPO nº 0001/2025.
<p>3 <u>Disponível no SEI e aplicável aos indivíduos do quadro de pessoal permanente da UnB (Professor do Magistério Superior e Técnico-Administrativo em Educação):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ Declaração de não Prejuízo. 	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Art. 34 da Resolução da CAPRO nº 001/2024. ☛ Circular Conjunta DPI/DAF/DPO nº 0001/2025.
<p>4 <u>Disponível no SEI:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ☛ Plano de trabalho - com recursos financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> ☛ Art. 34 da Resolução da CAPRO nº 001/2024. ☛ Art. 184-A, I e IV, combinado com o art. 184, caput, da Lei nº 14.133/2021. ☛ Circular Conjunta DPI/DAF/DPO nº 0001/2025.